

Literacia como fundamento da cidadania

Inês Braga¹ e M. Conceição de Oliveira Lopes²

Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto.
Universidade de Aveiro

Resumo

A comunicação que se apresenta pretende sublinhar a importância e actualidade das diversas literacias, base dos Direitos Humanos e fundamento de práticas de cidadania activa, ao nível local e mundial.

Após uma abordagem do conceito de Literacia e da sua contextualização como direito previsto na Constituição da República Portuguesa (1976), colocar-se-á em evidência a problemática da literacia mediática e estabelecer-se-á uma relação com as competências no uso e análise dos *media*, enfatizando-se o caso dos novos *media*.

Relacionando-se Literacia e Educação, esboçar-se-á um perfil de competências orientadas para a formação de cidadãos qualificados, dotados de competências referenciadas em vários estudos, tanto de âmbito nacional como internacional.

Reflecte-se sobre a literacia(s) no horizonte do binómio Educação-Media, bem como sobre algumas experiências e actividades pedagógicas que incluem, entre outras, estratégias de comunicação-ludicidade que podem potenciar a info-inclusão de todos os cidadãos e de todos no mesmo pé de igualdade.

A educação e a escola serão focos em destaque. Ao preocupar-se por dotar os estudantes de competências variadas, que os preparem para um eficiente desempenho profissional, a Escola não pode esquecer que é sua missão promover e acompanhar o desenvolvimento, não são a nível da especificidade técnica de áreas do conhecimento, mas também da formação de uma atitude ética que se manifeste no saber-fazer-pensar-dizer-Ser, orientada por princípios cívicos, em que a igualdade, democracia, solidariedade, liberdade e cooperação sejam efectivas.

1. Da literacia da informação à literacia como conceito polissémico: contributo para a sua clarificação

Sendo, nos dias de hoje, o conceito de literacia da informação abrangente, pois são múltiplas as vertentes conferidas à literacia e às competências dos indivíduos que as detêm, convirá relembrar que foi Paul Zurkowski, Bibliotecário americano e Presidente

¹ Braga, Inês, Doutoranda do Programa Doutoral de Informação e Comunicação em Plataformas Digitais da Universidade de Aveiro e da Universidade do Porto (inesbraga@eu.ipp.pt)

² Lopes, MCO, Professora Auxiliar com Agregação, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte. Unidade de Investigação Cetac-Media|UA,UP (col@ua.pt)

da *Information Industry Association* a usar pela primeira vez, em 1974, o termo “*information literate*” (indivíduo com competências de literacia informacional) como aquele que faz um uso efectivo da informação no contexto de trabalho, especificamente para a resolução de problemas.

Quinze anos mais tarde, a *American Library Association – ALA-*, define literacia como a capacidade de aceder, avaliar e usar a informação de uma série de fontes, sendo, portanto, limitadora qualquer definição simplista, unicamente ligada às capacidades de leitura, escrita, compreensão da língua materna e expressão escrita.

Actualmente, no site do CILIP - *Chartered Institute of Library and Information Professional*, a definição de literacia remete-nos para uma percepção mais completa, sendo implícito que os indivíduos com necessidades informacionais devem saber quando e porque é que necessitam da informação, onde encontrá-la, como avaliá-la, usá-la e comunicá-la de uma forma ética.³

Ora, partindo de inevitáveis definições relacionadas com o conceito de literacia, é óbvio o reconhecimento da sua importância e actualidade, a nível internacional, pois ela é factor de sucesso dos indivíduos e nações, realidade inegável e formalmente proclamada na Declaração de Alexandria, de 2005, que dá relevo à aprendizagem ao longo da vida e na qual é declarado que a competência informacional e aprendizagem ao longo da vida são os faróis da sociedade de informação e que estas são determinantes para o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade (IFLA, 2005).

2. Literacia como meio fundamental para a Educação - referenciais de Literacia: algumas competências

³ CILIP- *Chartered Institute of Library and Information Professional* é a mais antiga associação de bibliotecários na Grã-Bretanha. Foi fundado em 2002 e é reconhecido de utilidade pública, na sequência da fusão de dois organismos: a Associação dos Bibliotecários Britânicos (fundada em 1887) e o Instituto dos Informáticos.

Dos primeiros diagnósticos efectuados sobre competências de literacia na década de 70, nos EUA e em 1996 em Portugal (Benavente [et al], 1996) várias acções se empreenderam, a nível nacional e internacional, para o incremento dos níveis de literacia.

Desde finais da década de 90, vêm-se produzindo internacionalmente, com destaque para os EUA e a Austrália, modelos e referenciais de literacia, por várias bibliotecas e associações profissionais, a serem aplicados no ensino, como referências para os agentes educativos envolvidos e incentivando à tão necessária aprendizagem ao longo da vida.

É de assinalar que as instituições de ensino superior que implementam programas educativos articulados, para o ensino da literacia, enfatizam a necessidade do trabalho conjunto de vários intervenientes: estudantes – os protagonistas activos do processo de ensino-aprendizagem –, professores e Bibliotecários, sendo comum a recomendação de colaboração de outras instâncias, como Direcções dos estabelecimentos de ensino, Ministérios, associações da comunidade civil e famílias.

Dentre os referenciais de literacia que têm vindo a ser publicados, em vários é comum a preocupação em sistematizar e enunciar competências relacionadas com o domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), cabendo aqui a referência apenas a alguns dos mais recentes, tais como *Standards for the 21st century Learner* (ALA, 2007), *National Educational Technology Standards for Students (NETS-S)* (ISTE, 2007) ou o Plano Nacional intitulado *Learning 4 Life: A National Plan for Implementation of Standards for the 21st-Century Learner* (ALA, 2008). Aliás, registe-se como os dois últimos títulos são bem expressivos da valorização das competências tecnológicas e da aplicação prática de variadas competências na vida quotidiana.

De seguida, enfatizar-se-á um dos referidos referenciais, o NETS-S, o qual elenca competências relacionadas com seis áreas, a saber: 1) Criatividade e inovação; 2) Comunicação e colaboração; 3) Investigação e fluência da informação; 4) Pensamento crítico, resolução de problemas e tomada de decisões; 5) Cidadania digital e 6) Operações Tecnológicas e Conceitos (ISTE, 2007:1).

No âmbito deste estudo em que se pretende sublinhar uma relação directa entre altos índices de literacia e alto grau de participação, a nível da cidadania, chama-se a atenção para a questão da cidadania digital em que é expectável que haja uma compreensão das questões humanas, culturais e sociais relacionadas com as tecnologias, práticas legais e comportamentos éticos, sendo suposto que os estudantes: a) Defendam e praticam o uso da informação e tecnologia, de forma segura, legal e responsável; b) Demonstrem uma atitude positiva perante o uso da tecnologia que implica a colaboração, a aprendizagem e a produtividade; c) Demonstrem uma responsabilidade pessoal pela aprendizagem ao longo da vida; d) Demonstrem liderança para a cidadania digital (ISTE, 2007:1).

2.1 Uma educação com os Media para a info-inclusão e cidadania

Retomando o conceito de literacia, o qual sofreu uma evolução ao longo dos tempos e tem uma abrangência grande, tal como nos relata David Bawden (2001), destaca-se a literacia dos Media, pois esta é fundamental no contexto actual da Sociedade de Informação, visto relacionar-se com a necessidade de desenvolver o pensamento crítico, no que concerne ao acesso à informação disponível através da televisão, rádio, jornais, revistas e cada vez mais, da internet. Dir-se-ia com Hobbs (2005) que ter competências de literacia é ser capaz de lidar com a complexidade da informação corrente do ambiente e simultaneamente ter pensamento crítico, o que deve pressupor reflexão, análise e avaliação não só de conteúdos e de elementos estruturais dos textos de media mas também dos contextos socio-económicos, políticos e históricos nos quais as mensagens são criadas, difundidas e usadas pelos públicos.

Será na linha da valorização das competências informacionais, com os Media, que também se situam Leu e Kinzer (2000), os quais, no contexto da economia da informação, enfatizam as seguintes vertentes: o acesso à melhor informação, no mais curto espaço de tempo, usando-a para a resolução dos problemas mais importantes, com posterior comunicação das soluções aos outros.

Damásio também reflecte sobre a expansão do conceito de literacia, relacionando-a com a necessidade de integração no processo educativo de novas formas de expressão, tal como a computacional e audiovisual, extensões da capacidade de leitura e escrita, que não implicam a eliminação de competências de literacia ditas tradicionais mas antes uma adaptação a um novo contexto comunicacional:

Esta expansão do conceito de literacia, que apelidamos de “literacia mediática”, refere-se à aquisição de competências num dado campo ou sistema de comunicação, por forma a permitir a sua integração no processo educativo, em ordem à adequação do mesmo às novas formas de mensagem a que os sujeitos estão expostos. (Damásio; 2001: 127-128)

E em estudo posterior, acerca da criatividade do uso da tecnologia, percepcionada como serviço, no processo educativo, o autor remete para um grau variável de eficiência desta “de acordo com a forma como cada uma das manifestações tecnológicas possui, enquanto instrumento e produto da mudança social, uma capacidade própria para gerar métodos de instrução e ambientes educativos originais” (Damásio, 2005: 9).

Ora, partindo dos pressupostos acima referidos de que a Escola deve adequar, com originalidade, o processo de ensino-aprendizagem perante a exposição mediática dos indivíduos, na sociedade de informação em que estão integrados, sob pena de haver um monólogo e consequente divórcio entre as solicitações da sociedade e as respostas da Escola, Manuel Pinto refere que a cidadania se alcança precisamente através de pontes entre os universos da Escola e dos Media, requerendo uma união de esforços entre agentes de diferentes origens – investigadores, empresários, formadores e políticos (Pinto, s.d.).

Fruto da rápida transformação do papel dos media na sociedade da Informação actual, Macedo (2005) refere que vários estudiosos propõem a constituição de um Quinto Poder – “o Poder dos Cidadãos” que implica o exercício de uma cidadania participativa e esclarecida, conducente a transformações e melhorias nas sociedades democráticas: “Ser cidadão passa não só por «cumprir regras», mas sobretudo, por participar de forma activa, com vista a transformar os contextos sociais dentro da pluralidade.” (Macedo, 2005).

Tendo em conta a inevitável inter-acção entre Educação/Media/Sociedade, destaca-se a necessidade de relacionar as diferentes tecnologias da comunicação, as comunidades culturais e as suas actividades, sendo a aceção de participação dos indivíduos entendida como transversal à educação, aos processos criativos, à vida comunitária e à cidadania democrática. (Jenkins [et al], 2006: 7). Os autores referem que a formação dos estudantes deve contribuir para se tornarem elementos activos, com desempenhos criativos e desenvolvendo comportamentos éticos numa emergente cultura participativa, o que aponta para a tão desejada formação global dos cidadãos, integrando diferentes valências: “saber-fazer-pensar-dizer-Ser”.

Será uma cultura participativa, caracterizada no estudo supra-citado como valorizadora da criação e partilha do conhecimento entre os membros mais e menos experientes, implicando uma liderança informal, em que cada um se sente ligado socialmente e acredita que os seus contributos interessam, preocupando-se com o que os outros pensam sobre o que criou, que potenciará o compromisso cívico, a condição ideal para o desenvolvimento de uma cidadania activa.

Evidentemente que, para tal desiderato, contribuem várias competências de literacia desejáveis, elencadas por Jenkins e a sua equipa, dentre as quais salientamos algumas que se prendem mais directamente com a vertente mediática tais como a capacidade de avaliar a fidedignidade e credibilidade de diferentes fontes de informação, o *networking* - capacidade de pesquisar, sintetizar e disseminar informação - e a navegação transmedia - seguir o curso de histórias e de informação através de múltiplas modalidades .⁴ Ora, sendo também referido pelos autores que muitos jovens já são detentores de algumas destas competências, porque participantes de comunidades online, importará que sejam valorizadas as experiências de comunidades informais, com base no ensino *peer-to peer*, nas quais, cada membro se pode afirmar como especialista numa dada matéria, sendo, portanto de realçar a importância de exploração de contextos e situações favoráveis à aprendizagem não formal de que Hobbs (1998) também nos fala.

⁴ Igualmente importantes são a capacidade de resolução de problemas, o desempenho de multitarefas e a capacidade de participar no processo de construção da inteligência colectiva.

Num contexto em que parece unânime que a motivação para a aprendizagem é maior através da exploração de assuntos relativos à cultura popular do que através de manuais escolares, a Escola só tem a ganhar se proporcionar experiências semelhantes, potenciando assim o necessário aumento da literacia, ideia corroborada por vários autores que defendem que a adopção de textos culturalmente populares em contexto educativo, do agrado dos estudantes (p.ex. Matrix), se revela uma estratégia pedagógica que permite a importante ligação do mundo exterior ao universo educativo (Nixon; Comber, 2001).

Também desse necessário relacionamento das competências técnicas sobre os media com a vida real, nos fala Correia (s.d.), referindo o surgimento de movimentos académicos e sociais que dotam os agentes sociais para aquisição de competências para acesso, avaliação e produção de mensagens mediáticas, enfatizando o acesso às NTIC's .

Para uma necessária ciberdemocratização que implica o combate ao fosso digital e à info-exclusão, Perrenoud fala da necessidade de criação de escolas em rede, com introdução da net e outros recursos, junto de professores e alunos, de forma a evitar a exclusão e desigualdade, na linha do que Castells proclama (2004). Como outros factores a reter, acerca do papel formativo da Escola, no âmbito da cidadania, Perrenoud fala da igualdade, facultada através das competências para todos, da solidariedade de todos com todos e da eficácia que consiste em agir, dando o máximo de si.

Ora, para uma formação global e equilibrada dos futuros cidadãos, desejavelmente solidários e empenhados, são determinantes mudanças pedagógicas, citando-se, dentre bons exemplos apresentados por Morgan (2001), a adopção de *curricula* de literacia centrados nos estudantes, em que seja visível o compromisso destes em actividades de aprendizagem significativas para si, promovendo o seu envolvimento em projectos de investigação, em trabalho de equipa, através do uso das TIC e permitindo o uso da literacia em sociedade, adequando-se esta última situação perfeitamente ao tão desejável exercício da cidadania activa.

Lindsay Pettingill⁵, no âmbito do projecto The GoodWork® Project, refere as potencialidades dos novos media digitais para incremento do compromisso cívico, através da Web2.0, sendo o modelo tradicional do compromisso cívico apresentado com desvantagens, por comparação ao novo modelo - o compromisso 2.0 - o qual sugere que as NTIC's representam um novo espaço para a mudança política (Pettingill, 2007).

Inerente à adopção de boas práticas pedagógicas já aqui referidas, destaca-se a importância da vertente lúdica da aprendizagem, sendo referido no já citado estudo de Jenkins que a ludicidade e cultura participativa são meios através dos quais os jovens se comprometem em debates cívicos, participam na vida comunitária, se tornam líderes políticos, ainda que, às vezes só virtualmente, através de jogos em comunidades online. Apesar dessa virtualidade, as situações lúdicas, nomeadamente, a recriação, o lazer, o brincar, o jogar, reforçam várias das competências de literacia que os tornarão, no futuro, mais abertos a assumir riscos e compromissos e mais receptivos à colaboração, mais capazes para a resolução de problemas e através da assunção de entidades fictícias, para a afirmação da identidade, permitindo uma melhor compreensão de si próprio e dos papéis sociais a desenvolver (Jenkins [et al] , 2006: 7).

Quanto à ludicidade, ela é associada por diversos autores, de forma intrínseca ao ser humano e com conotações muito positivas, como factor de desenvolvimento pessoal e cultural, já que “(...) Ao emergir da essência do próprio ser, a ludicidade é o próprio ser, que nela se manifesta, por isso vale em si mesma e manifesta-se no comportamento do indivíduo”. (Lopes, 1998:126) Ora, comportamentos lúdicos caracterizados como genuinamente naturais do ser humano poderão ser moldados por aprendizagens com objectivos específicos, de modo a serem mimetizados, de forma positiva, na vida real. Ainda a este propósito, a tríade comunicação, ludicidade e cidadania como formas de cultura, aprendizagem, reinvenção do mundo e mobilização dos indivíduos é explanada por Lopes e Oliveira (2003). Com base no Jogo da *Caderneta dos Direitos Humanos*, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Lopes, 2003), refere-se a importância de construção de soluções para afirmação dos valores do Humano, os quais

⁵ Membro do grupo de investigação designado Project Zero da Harvard University.

podem e devem ser transpostos para o quotidiano, nomeadamente, das crianças e jovens (Lopes; Oliveira, 2005).

Valorizando a tão fundamental e, apesar de tudo, negligenciada vertente humana das sociedades contemporâneas e voltando as nossas atenções para o conceito de Literacia, num artigo de Júlio Pedrosa intitulado “Literacia, condição de Cidadania” (Moura (org.) , 2008: 158-159) , o autor relembra oportunamente o Relatório Delors - *Educação, um Tesouro a Descobrir* , de 1996, em que se projecta a Educação para o Século XXI baseada em quatro pilares, sendo eles : Aprender a conhecer, a fazer, a viver em comum e a ser. Reconhecendo que é a Educação que fornece as bases da Literacia essencial, o meio para o exercício de uma cidadania plena e a ferramenta que permite a opção do que o ser humano quer ser e fazer na sua vida, o autor realça ainda a importância da aprendizagem ao longo da vida.

3. A literacia como fundamento da cidadania

Como a literacia está indissociavelmente ligada à Educação, qualquer ser humano a esta deve ter acesso, já que se trata de um Direito Humano consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) proclamada em 1948 e que, logo no seu Preâmbulo, afirma de modo inequívoco:

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração (...) a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade (...) se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades (...) o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição”. [sublinhado das autoras]

E no artigo 26º da DUDH é explícita a menção ao Direito à Educação, a qual deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. Actualmente, no quadro da emergência de Novos Direitos, já se fala dos direitos inerentes à comunicação, à informação e às TIC's (Gualberto, s.d.).

A nível internacional, outros movimentos se têm formado no sentido de assegurar este direito básico essencial, tal como proclamado na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, em Jomtien, na Tailândia em 1990 e cujo artigo 1 remete para aspectos essenciais da Educação e literacia, como a competência informacional e a aprendizagem ao longo da vida:

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. (...) (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), (...) (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (...) [sublinhado das autoras] .

Com uma projecção internacional, a UNESCO tem em curso, desde 2003 a 2012, a década da literacia- The United Nations Literacy Decade (UNESCO, 2005), sob o lema *Literacy for all: voice for all, learning for all*, e sendo entendida a literacia como liberdade, o seu objectivo é levá-la àqueles que a ela não têm acesso, crianças e adultos incluídos, de forma a permitir a info-inclusão.

No âmbito nacional, a Constituição da República, no seu CAPÍTULO III - Direitos e deveres culturais – no Artigo 73.º (Educação, cultura e ciência) afirma no 1º ponto que “Todos têm direito à educação e à cultura.” E no ponto 2 refere que cabe ao Estado promover a democratização da educação ministrada pela escola e outros meios formativos, contribuindo “para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.”

Ora, sublinhando a ideia de que o Estado português deseja formar os indivíduos para possibilitar “o progresso social e a participação democrática na vida colectiva”, verifica-se, inevitavelmente, que o direito à Educação (e à literacia) é condição fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania participativa, seja no contexto local, seja mundial.

Dos contributos variados da interessante publicação *Literacia em Português*, publicada em 2008, é de citar um artigo da autoria de Manuel Correia e Joana Ribeiro que, a propósito dos direitos dos cidadãos, falam da iliteracia como barreira ao exercício da cidadania, contrapondo-lhes a literacia como “condição *sine qua non* para a constituição de um espaço de liberdade democrática e cidadania (...)” (Moura (org.) , 2008: 158).

Em Portugal, já há sinais de promoção do incremento do “compromisso cívico 2.0” de que Lindsay Pettingill fala, visível nomeadamente em sites, blogs e fóruns. Destacamos o site Fórum Cidadania (<http://www.forumcidadania>) ⁶ que pretende incentivar à participação efectiva dos cidadãos, através da sua colaboração no fórum de discussões, com o envio de opiniões, também possível através de mail, e com a opção de votações acerca de temas de interesse a serem incluídos no site.

Ora, através de uma utilização das NTIC's possibilita-se, assim, o direito de participação política dos cidadãos, o que pressupõe a informação e compreensão de direitos e deveres fundamentais do Estado e dos Cidadãos. Conferindo a estes a oportunidade de se expressarem publicamente, através do debate em múltiplos contextos, neste espaço possibilita-se que se cumpra o designado no artigo 109º da Constituição da República que encabeça este site: “A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos”.

Outro bom exemplo das NTIC's ao serviço da educação para a cidadania é o site Fórum Educação para a cidadania, no qual são bem expressivos o diagnóstico português

⁶ Através do seu mapa, é visível a disponibilização de informações úteis, da esfera pública e política, relacionadas com a República Portuguesa, a história política e dos partidos, a União Europeia, organizações internacionais, disponibilizando o acesso a documentos importantes, dentre os quais a Constituição da República, Leis fundamentais, a Declaração dos Direitos Humanos, entre outros, como discursos políticos.

aí traçado sobre a qualidade da democracia e desenvolvimento, “reféns da persistência de importantes défices de cidadania que passam pela fragilidade da cultura crítica, por várias formas de iliteracia e por apatia cívica” e a respectiva indicação terapêutica: “educar e formar para a cidadania, na certeza de que a cidadania se aprende”, sendo de destacar, no âmbito da nossa reflexão, um dos sete grandes Objectivos/Recomendações que passamos a citar: “Articular a cultura da responsabilidade individual e social com o funcionamento em rede, designadamente através das novas tecnologias de informação” (cf. site <http://www.cidadania-educacao.pt>).

No Prefácio ao Fórum Educação para a cidadania, presidido por Eduardo Marçal Grilo, datado de Abril de 2008, é possível ler-se que a cidadania do século XXI não se pode restringir a um conjunto de direitos e deveres mas que é sobretudo “um comportamento, uma atitude e uma certa forma de ser, de estar e de fazer, em que cada um encara os problemas da sociedade em que se insere com a mesma prioridade com que aborda as suas questões individuais. (...)” (Grilo, 2008).

Ora, os casos citados e exemplos de blogs nacionais⁷ que visam a discussão de temáticas relacionadas com a cidadania provam existir uma crescente consciência no quadro da participação activa dos cidadãos em assuntos cívicos, através das novas tecnologias da comunicação e informação.

Concluindo, é de acentuar a necessidade de fazer convergir esforços conjuntos para mudanças na Educação, com vista a um aumento das competências de Literacia, com destaque para os Media, no sentido de formar estudantes/cidadãos qualificados, de excelência nas respectivas áreas de formação mas também orientados por valores éticos.

Assim, reafirme-se com Jenkins (2007) a urgência de redesenhar novas formas de actuação a nível da cultura e democracia participativas, revitalizando, no nosso quotidiano e com urgência, a responsabilidade de uma cidadania essencial para uma sociedade mais justa, mais livre e solidária.

⁷ A título de exemplo, referimos o FORUM CIDADANIA (<http://forum-cidadania.blogspot.com/>) ou um blog específico sobre a cidade de Lisboa, intitulado CIDADANIA LX (<http://cidadanialx.blogspot.com/>).

Referências Bibliográficas

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (2007). *Standards for the 21st century Learner* [Em linha]. Chicago: ALA. [Consult. 30 Out. 2008]. Disponível em WWW: <URL: http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/aasl/aaslproftools/learningstandards/AASL_LearningStandards_2007.pdf>.

----- (2008). *Learning 4 Life: A National Plan for Implementation of Standards for the 21st-Century Learner* [Em linha]. Chicago: ALA. [Consult. 30 Out. 2008]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/aasl/aaslproftools/learning4life/index.cfm>>.

BATESON, Gregory (1997). *Vers une Écologie de l'Esprit* (1^o vol) , Paris: Editions du Seuil, ISBN 2-02-004700-4.

BAWDEN, David (2001). *Progress in documentation information and digital literacies: a review of concepts. Journal of Documentation* [Em linha]. Vol. 57, nº 2, p. 218–259. [Consult. 3 Nov. 2006]. Disponível em WWW: <URL: <http://dlist.sir.arizona.edu/895/01/bawden.pdf>>.

CASTELLS, Manuel (2004). 'A info-exclusão: uma perspectiva global', in CASTELLS, Manuel. *A galáxia Internet: reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 287-316.

CILIP. *The UK's Chartered Institute of Library and Information Professional (CILIP)* [Em linha]. [Consult. 14 Out. 2008]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cilip.org.uk/policyadvocacy/learning/informationliteracy/definition/default.htm>>.

Constituição da República [Em linha]. [Consult. 22 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Sistema Politico/Constituicao/constituicao_p10.htm](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Sistema_Politico/Constituicao/constituicao_p10.htm)>.

CORREIA, Ana Maria Ramalho. *Literacia em informação para uma cidadania activa e eficiente* [Em linha]. [Consult. 3 Nov. 2006]. Disponível em: WWW: <URL: <http://www.nclis.gov/libinter/infolitconf&meet/papers/correia-portuguese-fullpaper.pdf>>.

CORREIA, João Carlos. *Cidadania, Comunicação e Literacia Mediática* [Em linha]. [Consult. 5-01-09]. Disponível em: <<https://bocc.ufp.pt/pag/correia-joao-carlos-Media-Publico-Literacia.pdf>>.

DAMÁSIO, Manuel José (2001). 'Da Constituição de uma Literacia Mediática', in *Práticas Educativas e Novos Media: Contributos para o desenvolvimento de um novo modelo de Literacia*. Coimbra: Edições Minerva.

----- (2005). 'Educação e Tecnologia: a mediatização do processo de ensino/aprendizagem' in *Tecnologia e Educação: As tecnologias da Informação e Comunicação e o Processo Educativo* (Trabalho de Dissertação com vista à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação (CD)).

Declaração Universal dos Direitos humanos. [Em linha]. [Consult. 20 Dez. 2008]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>>.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de; REGEDOR, António Borges. *Bibliotecas Públicas e Cidadania Activa* [Em linha]. [Consult. 30 Set. 2008]. Disponível em WWW: <<http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM13.pdf>>.

GUALBERTO, Marcio Alexandre. *A emergência de novos direitos* [Em linha]. [Consult. 20 Dez. 2008]. Disponível em WWW: <URL: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=70&Itemid>.

Grilo, Eduardo Marçal (2008). *Prefácio ao Fórum Educação para a Cidadania 2008*. [Em linha]. [Consult. 22 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <URL: http://www.min-edu.pt/np3content/?newsId=297&fileName=edu_cidadania.pdf>.

HOBBS, Renee (2005). *The State of Media Literacy Education*. [The Journal of Communication](#) [Em linha]. Vol. 55, nº 4, p. 865-871. Disponível em WWW: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118645483/PDFSTART>>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS (2005). *Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida* [Em linha]. [S.l]. IFLA. [Consult. 20 Jan. 2007]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.aab.es/pdfs/baab68/68a4.pdf>>.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR TECHNOLOGY IN EDUCATION (2007). *National Educational Technology Standards for Students (NETS-S)*. [Em linha]. ISTE, [Consult. 30 Out. 2008]. Disponível em WWW: <URL: http://www.iste.org/Content/NavigationMenu/NETS/ForStudents/2007Standards/NETS_for_Students_2007_Standards.pdf>.

JAMES, Carrie [et al] (2008). *Young People, Ethics and the New digital Media: a synthesis from the Good Play Project* [Em linha] GoodWork® Project Report Series, nº 54. Harvard Graduate School of Education. [Consult. 5 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <<http://www.pz.harvard.edu/eBookstore/PDFs/Goodwork54.pdf>>

JENKINS, Henry [et al] (2006). *New Media Literacy White Paper. Confronting the challenges of participatory culture: media education for the 21st century*. MacArthur Foundation.

JENKINS, Henry (2007). *From Participatory Culture to Participatory Democracy (part One)*. *Confessions of an Aca-Fan: the Official Weblog of Henry Jenkins* [Em linha]. [Consult. 5 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <http://henryjenkins.org/2007/03/from_participatory_culture_t_html>

JENKINS, Henry (2007). *From Participatory Culture to Participatory Democracy (part Two)*. *Confessions of an Aca-Fan: the Official Weblog of Henry Jenkins* [Em linha]. [Consult. 5 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <http://www.henryjenkins.org/2007/03/from_participatory_culture_t_1_html>

LOPES, Conceição (1998). *Comunicação e Ludicidade na Formação do cidadão pré-escolar* (Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para a obtenção do Grau de Doutor no ramo de Ciências e Tecnologias da Comunicação) Aveiro

LOPES, Conceição; OLIVEIRA, Inês Guedes de (2003). *Comunicação, Ludicidade e Cidadania, no Projecto Direitos Humanos em Acção* [Em linha]. [Consult. 5 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-conceicao-oliveira-ines-comunicacao-ludicidade-cidadania-projecto-direitos-humanos-accao.pdf>>

----- (2005). *Acção, emoção e confiança: o Projecto Direitos Humanos em Acção um caminho de aprendizagens e da mudanças a fazer acontecer um novo mundo, praticando valores do Humano* [Em linha] in LIVRO DE ACTAS 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 4º SOPCOM, Aveiro, Comissão Editorial da Universidade de Aveiro. [Consult. 5 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-oliveira-accao-emocao-confianca.pdf>, p. 287-295>.

LOPES, Conceição; VIEIRA, Alice (2003). *Caderneta dos Direitos Humanos em Acção* (3ª ed.). Aveiro: Reitoria da Universidade de Aveiro; Civitas Nacional. ISBN 972-789-102-0.

LOPES; Conceição (2003). *Ludicidade, Contributo para a busca dos sentidos do Humano*. Aveiro: Universidade de Aveiro; Civitas Nacional, Comissão Nacional da ONU para a Década dos Direitos Humanos.

MACEDO, Lurdes (2005). *Educação e Literacia Para os Media na Promoção da Cidadania* [Em linha] in LIVRO DE ACTAS 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 4º SOPCOM, Aveiro, Comissão Editorial da Universidade de Aveiro. [Consult. 5 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://bocc.ubi.pt/pag/macedo-lurdes-esducacao-literacia-para-media-promocao-cidadania.pdf>>.

MOURA, Helena Cidade [et al.] (2008). *Literacia em Português*. Lisboa: ACONTECIMENTO – Estudos e Edições, ISBN 978-972-8011-53-6.

NIXON, Helen; COMBER, Barbara (2001). *Film and video bridge popular and classroom cultures*. *Journal of Adolescent & Adult Literacy* [Em linha]. Vol. 44, nº 5, p. 480-484 [Consult. 18 Nov. 2008]. Disponível em WWW: <<http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=4&hid=114&sid=0a950d05-7d30-4729-abc1-ce662bc5a469%40sessionmgr9&bdata=JmFtcDtsYW5nPXB0LWJyJnNpdGU9ZWwhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#toc>>.

PERRENOUD, Philippe (2005). *Escola e Cidadania: o Papel da escola na formação para a democracia*. Porto Alegre: Artmed.

PETTINGILL, Lindsay (2007). *Engagement 2.0? How the New Digital Media can invigorate civic engagement?* [Em linha] GoodWork® Project Report Series, n. 50 Harvard University, [Consult. 5 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <<http://www.pz.harvard.edu/eBookstore/PDFs/GoodWork50.pdf>>.

PINTO, Manuel. *Informação, conhecimento e cidadania: a educação escolar como espaço de interrogação e de construção de sentido* [Em linha] Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho [Consult. 5 Jan. 2009]. Disponível em WWW: <URL: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2758/1/mpinto_IntervGulb_2002.pdf>.

RAMOS, José Palma. *Educação para a Cidadania?* [Em linha]. [Consult. 5 Jan. 2009]. Disponível em WWW: < <http://www.ipt.pt/tomar/apegp/EducCidadania.doc>>.

RODRIGUES, António Duarte (2000). *Introdução à Semiótica*. Lisboa: Edições Cosmos.

UNESCO (2005). *What is the United Nations Literacy Decade?* [Em linha] . [Consult. 9 Mar. 2009]. Disponível em WWW: <URL: http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=27158&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>.

WATZLAWICK, Paul (1991). *A realidade é real?*. Lisboa: Relógio de Água.